



Institucionalidade da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica

Institution of the Amazon Cooperation Treaty Organization

Diego Carlos Batista Sousa - Mestre em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis-SC. E-mail: diegocarlosjp@hotmail.com.

Marcos Alves Valente - Doutor em Sociologia Política, professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis-SC. E-mail: marcosalvesvalente@gmail.com.

Resumo

Este trabalho trata da análise da institucionalidade da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), a partir dos documentos oficiais da instituição, com foco no desenvolvimento sustentável. A OTCA surgiu com o intuito de fortalecer as relações entre os países-membros para cooperação em matéria de desenvolvimento regional na bacia amazônica. Nesta análise, constituem-se como objetivos específicos: a) apresentar uma nova metodologia para análise de assuntos ambientais a partir da abordagem transdisciplinar; b) revisar os documentos oficiais das instâncias superiores; e c) apresentar os resultados a partir da análise de variáveis transversais. Para alcançar tais objetivos, é essencial uma abordagem plurimetodológica, qualitativa, com base no método histórico e transdisciplinar. Espera-se, como resultado, a contextualização histórica e teórica sobre a organização, bem como a identificação dos espaços institucionais de governança participativa na OTCA.

Abstract

This paper is an analysis of the institutionality of the Amazon Cooperation Treaty Organization (ACTO), from the institution official documentation with focus in the sustainable development. ACTO was created with the aim of strengthening the relations between the member countries for cooperation on regional development in the Amazon basin. The main objective of this paper is to present an institutional analysis of the organization from official documentation. In order to achieve those targets some main objectives have been established: a) present a new methodology for the analysis of environmental issues from the transdisciplinary approach; b) review the official documentation of the higher instances and c) to present the results of transversal variables analysis. To achieve these goals, it is essential a qualitative and plurimethodological approach, using the historic method and transdisciplinary approach. The expected result is a historical and theoretical context of the organization and the identification of institutional participatory governance spaces in ACTO.

Palavras-chave

Desenvolvimento sustentável.
Transdisciplinaridade. OTCA. Participação.
Governança.

Keywords

Sustainable development. Transdisciplinarity.
ACTO, Participation, Governance.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, apresenta-se a análise transdisciplinar da institucionalidade da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), bem como a abordagem teórico-metodológica da pesquisa, considerando-se a transdisciplinaridade e a complexidade inerente aos estudos ambientais, com enfoque no conceito de Desenvolvimento Sustentável como o tema transversal a todos os níveis da pesquisa.

Por transdisciplinaridade entendemos tudo aquilo que está entre, através e além das disciplinas, objetivando compreender o mundo presente a partir da unidade do conhecimento (NICOLESCU, 1999). Neste caso, a lógica da transdisciplinaridade busca no tema transversal uma forma de analisar o objeto de estudo, que enseja uma lógica não linear, e sim baseada na sua complexidade.

A abordagem transdisciplinar preconiza três pilares, são eles: a lógica do terceiro incluído, a complexidade e os níveis de realidade. Essa relação é comumente chamada de lógica ternária.

O terceiro incluído representa a zona de não resistência, construída a partir da interação entre o fluxo de informação dos níveis de realidade e o fluxo de consciência dos níveis de percepção, contribuindo para a facilitação de mediações e para a construção de conceitos (FERNANDES NETO, 2010). Dessa forma, pretende-se analisar a institucionalidade da OTCA com uma visão mais ampla que a simples constatação de pares binários expostos pela pesquisa linear.

A partir deste fluxo de não resistência, evitando limitar-se a comparações entre dois opostos, a análise é mais bem compreendida quando se leva em consideração os diferentes conceitos de realidade. Esta lógica facilita o entendimento de que há diversos níveis de percepção da realidade e da própria existência do mundo na vida das pessoas (NICOLESCU, 1999).

Por complexidade entende-se a necessidade de estudar e analisar os fatos e objetos pretendidos, a partir de uma visão sistêmica e estrutural, explorando os vazios existentes na lógica binária da realidade. Trata-se de uma ampliação da percepção sobre o ambiente, diferente da análise simples ou linear. Portanto, a complexidade consiste na relação entre as partes, implicando na análise de espaços descontínuos onde somente a interação de mais de um nível de realidade pode chegar (SILVA, 2000).

Além da análise sistêmica e estrutural, a complexidade insere-nos em uma perspectiva mais abrangente, onde o paradigma transdisciplinar pretende atuar, evitando o reducionismo e a descontinuidade da racionalidade instrumental (SILVA, 2012).

A necessidade histórica atual é de encontrar um método capaz de detectar as ligações, as articulações, as solidariedades, as implicações, as imbricações, as interdependências e as complexidades entre as partes. Para Morin (1977), a complexidade dá-se por meio dessas relações e nuances entre a desordem, a ordem, a organização e as interações entre essas relações, que se manifestam nos universos físicos, biológicos e antropossociológico (MORIN, 1977).

O fundamento da complexidade, que é oriunda dos estudos dos sistemas naturais, requer simultaneamente uma maior compreensão da riqueza na diversidade e da riqueza na unidade, pois trata da inter-relação entre várias partes e o todo, tal como as relações naturais nos meios ecossistêmicos. Graças à complexidade como teoria é possível ao cientista conceber uma realidade dos fenômenos em diversas dimensões (SILVA, 2005).

A natureza não é desordem, passividade, meio amorfo: é uma totalidade complexa. O homem não é uma entidade isolada, em relação a essa totalidade complexa: é um sistema aberto, com relação de autonomia/dependência organizadora no seio de um ecossistema (MORIN, 1973, p. 11).

Nicolescu (1999, p. 40) defende a ideia de que “o conhecimento do complexo condiciona uma política de civilização”, sendo esta uma das motivações de se proceder à análise da institucionalidade da OTCA como uma proposta transdisciplinar, complexa e estruturada em níveis cognitivos.

É dessa relação complexa que se propõe a construção cognitiva das variáveis a serem estudadas nesse ponto, tentando estabelecer as interdependências e inter-relações, fugindo dos antagonismos e focando na correlação entre a episteme, as ontologias e a cognição.

De acordo com abordagem cognitiva de Maturana e Varela (apud SILVA, 1998), a cognição caracteriza-se como uma função biológica dotada de fundamentos que apresentam processos pedagógicos e episteme, fundamentados em emoções verdadeiras que foram vivenciadas e observadas pelo sujeito.

É a partir dessa abordagem tridimensional, de função biológica, do processo pedagógico da observação e da episteme, que se fundamenta a ideia de interdependência e a correlação entre os conceitos-chave que constituem as representações e as interações de pertinência nos níveis cognitivos a seguir.

A compreensão desses níveis cognitivos é de fundamental importância para se alcançar os objetivos propostos, de uma abordagem transdisciplinar da institucionalidade da OTCA, considerando a orientação metodológica da pesquisa, os documentos oficiais da organização, sobretudo o próprio Tratado de Cooperação Amazônica e seu Protocolo de Emenda, além das atas das

reuniões de presidentes e de ministros, que constituem as instâncias superiores da organização, possibilitando uma análise que considere a complexidade dos fatos inerentes aos temas abordados pela OTCA.

1 NÍVEIS COGNITIVOS DA ANÁLISE TRANSDISCIPLINAR DA INSTITUCIONALIDADE DA OTCA

1.1 NÍVEL DAS ÉTICAS

O nível das éticas do Desenvolvimento Sustentável fundamenta-se na valorização de emoções verdadeiras na formulação deste conceito, considerando-se três éticas: da solidariedade, da sustentabilidade e da cooperação (SILVA, 2008b), considerados valores essenciais para se atingir o Desenvolvimento Sustentável.

A ética da solidariedade para com as gerações futuras prescinde da solidariedade entre as gerações atuais, de modo a reduzir a indiferença humana, tida como a causa principal da degradação da natureza, da violência em nossas sociedades e da dificuldade das pessoas usufruírem uma melhor qualidade de vida (SILVA, 2008b, p. 2).

A segunda ética da sustentabilidade decorre da cultura de exploração do ambiente em que vivemos, e implica na emergência da interação social com a natureza, pressupondo o desenvolvimento de uma consciência ecológica, preservando os limites ecológicos e as dimensões organizacionais (SILVA, 2008b, p. 2).

A terceira ética do conceito de Desenvolvimento Sustentável diz respeito à emoção norteadora da sua proposição, de como trilhar o caminho entre a solidariedade e a sustentabilidade. É a lógica da interação entre todos os sistemas naturais sustentáveis, que não exclui a competição, mas deve ser um comportamento menor e circunstancial, nunca determinante e exclusivo. Trata-se de uma ética do tipo pedagógica, por assegurar que estamos indo bem, que teremos um bom resultado, mas que estamos num processo em construção, caminhando, e que o futuro não está determinado, apenas almejado e protegido (SILVA, 2008b, p. 3).

As noções éticas são essenciais para o entendimento do constructo cognitivo de pertinência da pesquisa, pois expõem os pressupostos para a compreensão e internalização do conceito de Desenvolvimento Sustentável (DS).

1.2 NÍVEL DAS TRANSVERSALIDADES DA RIO+20

O nível das transversalidades emerge a partir da análise dos temas cruciais e pertinentes aos principais documentos produzidos no âmbito da Rio+20 ou Convenção das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), realizada Rio de Janeiro, em junho de 2012. Os principais documentos que serviram de base para a consolidação desse nível das transversalidades são: o documento oficial da CNUDS, *O futuro que queremos*; o documento oficial da Cúpula dos Povos; e o documento Síntese das Demandas Civilizatórias do Comitê Facilitador da Sociedade Civil Catarinense para a Rio+20 (UFSC, 2013). A partir de então, buscou-se identificar as transversalidades em todos os documentos produzidos nos diversos níveis: local, regional e internacional, evidenciando-se as seguintes: Conectividade, Mãe-Terra e Educação Ambiental.

Entende-se por conectividade as redes, os diálogos permanentes e os fóruns de discussão criados nos níveis internacional, nacional e regional, a partir das interações sociais promovidas pela Conferência (SOUSA et al., 2012, p. 10; UFSC, 2013).

A transversalidade da Mãe-Terra refere-se ao tratamento direcionado ao planeta, a partir de uma consciência ecológica de pertencimento. Pela primeira vez um documento protocolado pela ONU reconhece a expressão Mãe-Terra. O conceito também está referenciado nos textos da síntese do comitê catarinense, do documento final da Cúpula dos Povos e na carta dos povos indígenas. A transversalidade identificada é a garantia dos direitos da Mãe-Terra e de considerá-la como fundadora da vida, cabendo a nós zelar pela sua proteção (SOUSA et al., 2012, p. 10; UFSC, 2013).

A transversalidade da educação é, sem dúvida, a de maior representatividade nas discussões em que o comitê catarinense esteve envolvido, no âmbito da Rio+20, sobretudo as questões acerca do modelo educacional e da democratização, que estão citadas em todos os eventos e documentos. Os resultados indicam a necessidade de um modelo educacional inserido nas realidades locais através de uma Pedagogia do Encantamento que considere o indivíduo como ator no processo de construção do conhecimento e na formação de cidadãos engajados na cultura da sustentabilidade. (SOUSA et al., 2012, p. 10; UFSC, 2013).

A partir da análise dos níveis da Ética essenciais ao Desenvolvimento Sustentável, percebe-se a pertinência desses níveis com as transversalidades da Rio+20, onde cada ética é capaz de dar suporte aos vazios identificados na Conferência.

1.3 NÍVEL DAS DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE

Nesse nível estabelece-se uma relação entre as estratégias necessárias para se consolidar a cultura da sustentabilidade, levando em consideração os aspectos políticos, pedagógicos e culturais relevantes para se alcançar os objetivos do Desenvolvimento Sustentável (SILVA, 2006; UFSC, 2013).

Estas três dimensões, por sua vez, dialogam com as três transversalidades da Rio+20 na gestão dos bens comuns – identificados anteriormente neste trabalho.

A transversalidade da Mãe-Terra diz respeito a uma estratégia cultural, pois se trata dos princípios éticos e das emoções de determinada comunidade.

A transversalidade da conectividade política diz respeito a uma estratégia de governança, como forma de estabelecer o diálogo entre os atores, a fim de alcançar um modelo de Desenvolvimento Sustentável.

Por fim, a transversalidade da educação diz respeito a uma estratégia pedagógica que objetiva o reencantamento do ser humano com a natureza, valorizando o diálogo de saberes pertinentes para estabelecer uma relação orgânica com o ambiente natural.

A pertinência das Dimensões da Sustentabilidade evidencia-se a partir da sua relação com elementos no nível das Transversalidades da Rio+20. Desse modo, o elemento Educação Ambiental configura-se como uma estratégia pedagógica para a cultura da sustentabilidade, da mesma forma o elemento Mãe-Terra como uma estratégia cultural e a Conectividade humana como estratégia política.

1.4 NÍVEL DA TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

No nível da teoria das Relações Internacionais, propõe-se a interação dos níveis anteriores, a partir de uma abordagem crítica pertinente. Neste caso, consideram-se as contribuições de Robert Cox (1986), na sua análise das correlações de forças constituídas, apresentadas no artigo *Social Forces Statesand World Order*, no qual apresenta a estrutura das forças históricas que interagem dialeticamente.

Essas relações não são condicionantes, tampouco determinantes das ações, mas exercem influência como forças mútuas, entre as quais eventualmente se percebe a preponderância de uma sobre a outra. Não obstante, as correlações entre as ideias, capacidades materiais e instituições são recíprocas e sua compreensão pode influenciar os caminhos de indivíduos e grupos dentro das estruturas sociais históricas, a partir do entendimento do dinamismo entre essas forças.

As capacidades materiais são forças produtivas ou destrutivas que englobam as capacidades tecnológicas, organizacionais e de uso dos recursos naturais, por meio da aplicação de recursos tecnológicos, para transformá-los em produtos. E, de certa forma, envolvem os recursos humanos e sua participação na estrutura organizacional.

Entende-se por ideias a natureza dos significados intersubjetivos e compartilhados das noções de relacionamento social, como hábitos, expectativas e comportamentos, assim como o imaginário coletivo construído por diferentes grupos sociais são importantes para entender as relações de força e a compreensão dos conceitos de bem comum e justiça social.

Por instituições compreende-se a consolidação e perpetuação de uma ordem em particular, refletindo também as forças predominantes no imaginário coletivo. As instituições podem ser o palco de materialização das convenções sociais preponderantes, como também dos embates entre as diferentes concepções acerca dos fatos sociais e das estruturas organizacionais.

Considera-se a importância das contribuições de Cox (1986) para esta pesquisa, do ponto de vista metateórico, no que tange às questões ontológicas e epistemológicas nas ciências sociais como um todo.

Esta abordagem reflete a necessidade de aprofundar-se na complexidade das relações institucionais e sociais envolvidas na OTCA, de forma que seja possível compreender quais reformas podem ser implementadas para que a instituição consiga desempenhar efetivamente o seu papel, em parceria com as comunidades locais.

2 CONSTRUÇÃO DOS DADOS

A partir da relação entre as dimensões anteriormente apresentadas, propõe-se a relação cognitiva seguinte. Nesta relação, identificam-se as variáveis pertinentes para a análise da institucionalidade da OTCA, sob uma perspectiva transdisciplinar do Desenvolvimento Sustentável.

Essas variáveis podem ser entendidas também como parte integrante dos temas transversais tratados na Agenda Estratégica da OTCA de 2010. E, portanto, vamos tratá-las neste trabalho como temas essenciais para o Desenvolvimento Sustentável regional, foco da organização aqui estudada.

É importante ressaltar o destaque na Agenda Estratégica para os temas transversais e a ação multissetorial da OTCA, o que reflete a orientação institucional de atuação complementar entre as estruturas organizacionais, projetos, diretrizes

e gestão. Considerando a Agenda Estratégica, somada às diretrizes constituídas pelos Níveis Cognitivos apresentados anteriormente, segue a sistematização da abordagem transdisciplinar proposta (Quadro 1).

Este conjunto de variáveis será analisado a seguir, de acordo com a ordem sequencial de ocorrência nos documentos oficiais da Organização do Tratado de Cooperação Amazônico (OTCA). Trata-se de uma pesquisa documental de relevância, tomando como objeto de análise a transversalidade dos temas nos diferentes níveis de institucionalidade da Organização.

Quadro 1 - Abordagem Transdisciplinar da institucionalidade do Tratado de Cooperação Amazônica

Meta-princípio	Éticas do Desenvolvimento Sustentável	Dimensões da Sustentabilidade	Transversalidades da Rio+20	Teoria Crítica de pertinência	Variáveis
Desenvolvimento Sustentável	Cooperação	Cultural	Mãe-Terra	Sociedades	Florestas
					Água
					Biodiversidade
					Cultura indígena
	Sustentabilidade	Política	Conectividade	Ideias	Cooperação
					Autonomia
					Governança participativa
					Legalidade
	Solidariedade	Pedagógica	Educação Ambiental	Capacidades materiais	Educação ambiental
					Pesquisa e desenvolvimento
					Compartilhamento de informações

Fonte: Elaborado pelo autor.

É importante frisar que a variável de maior pertinência para o estudo consiste na “governança participativa”, como sendo o elemento que permite à OTCA desempenhar suas atividades plenas, aproximando os atores sociais da tomada de decisão e, conseqüentemente, implementando o direcionamento proposto pela Agenda Estratégica no tocante à articulação multissetorial e transversal para a implementação das políticas e projetos.

3 ABORDAGEM TRANSDISCIPLINAR DA OTCA

A seguir, apresentamos os resultados da pesquisa quanto à relevância dos temas transversais para o Desenvolvimento Sustentável, considerando a construção cognitiva apresentada anteriormente. Neste trabalho serão analisados os documentos das instâncias superiores da OTCA, quais sejam:

- Tratado de Cooperação Amazônica;
- Protocolo de Emenda;
- Acordo de Sede;
- Atas das Reuniões de Presidentes;
- Atas das Reuniões de Ministros das Relações Exteriores.

Nesta perspectiva de análise, pretende-se evidenciar as intenções governamentais na construção de uma estrutura organizacional efetiva para definir os eixos temáticos estratégicos propostos pela Agenda Estratégica e os eixos transversais, com enfoque na articulação para uma governança participativa entre os atores envolvidos no processo de elaboração, execução e avaliação das políticas públicas, que são os povos amazônicos e suas representações.

A análise dos documentos oficiais, a partir da abordagem transdisciplinar, pode ser observada no Quadro 2.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao propor a análise da transversalidade dos temas nos diferentes níveis de institucionalidade da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), adota-se como orientação metodológica a abordagem transdisciplinar, partindo do pressuposto de que os eixos temáticos perpassam por todos os segmentos envolvidos no processo de elaboração, execução e avaliação das ações institucionais e das políticas públicas, destacando-se o protagonismo dos povos amazônicos e suas representações. Para além dos fatores ambientais, evidencia-se a complexidade das relações historicamente estabelecidas entre os indivíduos ou grupos sociais e as instituições, fomentando o diálogo entre as partes em prol do interesse comum em criar um modelo de Desenvolvimento Sustentável.

Quanto à institucionalidade da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), verifica-se que as primeiras reuniões de presidentes tiveram como foco principal a estruturação da própria Organização e a definição de suas diretrizes. Somente após a criação das Comissões Especiais os temas transversais passaram a ser amplamente discutidos, porém limitando o diálogo à esfera institucional e aos agentes técnicos da Organização e seus parceiros no desenvolvimento de projetos.

Quadro 2 - Transversalidades das Instâncias Superiores da OTCA.

Variáveis	TCA	Protocolo de Emenda	Acordo de Sede	Reunião de Presidente			Reunião de Ministro												
				I	II	III	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI		
Florestas	X	-	-	X	X	X	X	-	X	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Água	X	-	-	X	X	X	X	X	X	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Biodiversidade	X	-	-	X	X	X	X	X	X	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Cultura Indígena	X	-	-	X	X	X	X	X	X	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Cooperação	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Autonomia	-	X	X	X	X	X	X	-	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Governança participativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Legalidade	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Educação ambiental	X	-	-	-	X	X	X	-	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Pesquisa e desenvolvimento	X	-	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Compartilhamento de Informações	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

Fonte: Elaborado pelo autor.

Destaca-se na II Reunião de Presidentes a criação da Comissão Especial de Assuntos Indígenas e a intenção de criar a Agenda Estratégica da OTCA, visto que ambas deveriam prever mecanismos de participação dos povos amazônicos, notadamente os indígenas – um anseio de todos os beneficiários das ações da OTCA.

Embora tenha sido estimulada, essa participação limitou-se à consulta às populações, não se configurando uma governança propriamente dita, na qual os grupos sociais teriam o poder decisório quanto à aplicabilidade dos projetos para promover o desenvolvimento sustentável.

Na V Reunião de Ministros destaca-se a criação da Comissão Especial de Educação Amazônica (CEEDA), na qual a valorização dos saberes e da cultura dos povos tradicionais é de vital importância para um diálogo entre os atores sociais. Na VI reunião foi citado pela primeira vez o termo Educação Ambiental.

Durante a VIII Reunião de Ministros destaca-se a aprovação do Plano Estratégico 2004-2012, porém revelou um pequeno problema relacionado ao governo da Venezuela, em relação aos programas direcionados aos povos indígenas, que dispõem de mecanismos constitucionais garantindo sua participação efetiva na tomada de decisão em questões referentes às áreas do entorno das comunidades.

É importante destacar que este fato reflete os problemas institucionais em definir os mecanismos de participação dos povos amazônicos a partir dos eixos propostos pela Agenda Estratégica, configurando apenas uma política hierarquizada pela ação intergovernamental.

A partir da Declaração de Manaus, resultante dessa Reunião de Ministros, observa-se um diferencial em relação às anteriores, sendo perceptível a robustez de conteúdo e a definição de mecanismos formais de relacionamento com outras instituições e organizações. Desde então houve avanços tanto no conteúdo quanto na abordagem, incluindo temas pautados nos conceitos de Desenvolvimento Sustentável e participação social, bem como a aproximação com os povos amazônicos, como salientado na X e na XI Reunião de Ministros.

Não obstante, tais iniciativas não representaram avanços do ponto de vista da governança participativa, visto que essa forma de participação foi considerada apenas como um mecanismo de consulta e não de empoderamento das comunidades.

Em decorrência disso, ao analisar a documentação sobre temas essenciais para o desenvolvimento sustentável nas instâncias superiores da OTCA verifica-se, de início, a inexistência de citações relativas ao termo governança participativa; e raramente menciona a necessidade de colaboração e consulta às populações

indígenas, e de maior clareza das demandas sociais em geral, surgidas a partir da aprovação da Agenda Estratégica em 2010.

As questões referentes à legalidade, autonomia e cooperação representam as principais preocupações nos primeiros 30 anos de TCA, um aspecto relevante do ponto de vista estritamente político e ideológico.

Ainda assim é possível identificar esforços do ponto de vista institucional quanto à preocupação com a conservação e preservação dos recursos naturais, da biodiversidade e da cultura tradicional, bem como avanços no compartilhamento de informações, na perspectiva pedagógica e na ampliação das capacidades materiais e de recursos humanos visando uma intervenção coerente e eficaz na transição para a cultura da sustentabilidade.

Entre os aspectos positivos, verifica-se a continuidade de projetos e programas de monitoramento desenvolvidos ao longo da trajetória institucional da OTCA, que vêm apresentando resultados importantes do ponto de vista das ações e objetivos propostos na Agenda Estratégica.

Apesar dos esforços em abordar as transversalidades dos temas propostos pelas agendas da OTCA, não há referência ao tema da governança participativa em nenhum dos documentos analisados, sendo eventualmente mencionada a necessidade de consulta ou participação social na elaboração de projetos que beneficiem as comunidades.

A possibilidade de criar mecanismos efetivos de participação das populações tradicionais depende da vontade política dos governos em facilitar essa aproximação, assim como requer uma abordagem mais holística e complexa, tal qual é, de fato, a realidade amazônica.

Com base na análise dos documentos, vale ressaltar que no primeiro nível das éticas é perceptível a aproximação e identificação dos valores essenciais para a condução desse processo político. A cooperação como instrumento de fato, a solidariedade entre os governos e o objetivo da sustentabilidade podem ser considerados como uma constante na discussão política nas instâncias superiores da OTCA.

No nível das transversalidades, os temas Educação Ambiental e Conectividade são discutidos com maior ênfase, na medida em que se consolidam os mecanismos institucionais OTCA, sobretudo quando o termo Mãe-Terra passa a ser expressamente reconhecido, denotando uma orientação para a necessidade de preservar os recursos naturais e as condições de vida no planeta.

No nível das Dimensões da Sustentabilidade, o elemento político é evidentemente uma preocupação constante no sentido de fortalecer as relações entre os governos por meio da consolidação institucional da OTCA, bem como

dos mecanismos de legitimidade, jurídicos e financeiros, são temas recorrentes das discussões no âmbito da Organização. Tal referência está em conformidade com os objetivos e com os eixos transversais propostos pela Agenda Estratégica de 2010, apesar da inconsistência das citações relativas à participação social.

O aspecto cultural manifesta-se na aproximação e respeito à diversidade dos povos e a preservação das culturas latentes, assim como o processo pedagógico reflete-se no interesse em compartilhar informações e na própria consolidação dos mecanismos institucionais.

Na perspectiva da Teoria das Relações Internacionais, as discussões políticas no âmbito da Organização visam uma renovação de ideias, das diretrizes institucionais e dos mecanismos de diálogo entre os governos, no sentido de buscar objetivos comuns dentro de uma estrutura organizacional concebida como a materialização desses objetivos e valores compartilhados.

Portanto, a criação de mecanismos efetivos de governança participativa representa não somente uma meta para a legitimação e institucionalização da OTCA, pelo seu comprometimento e capacidade de articulação com as populações amazônicas, como também pode contribuir para o aprofundamento de outros temas relevantes no âmbito da Organização, fortalecendo os Eixos Transversais de Cooperação e a sua própria institucionalidade.

REFERÊNCIAS

COX, R. Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory. In: KEOHANE, R. **Neorealism and Its Critics**. New York: Columbia University Press, 1986. p. 204-254.

FERNANDES NETO, J. A. Modelo Urubici de governança da água e do território: uma tecnologia social a serviço do Desenvolvimento Sustentável local. 2010. **Tese** (Doutorado em Engenharia Ambiental) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

JERONYMO, A. C. J., MALLET, S., GUERRA, G. - A IIRSA no contexto da apropriação do recurso natural periférico. Belém, NAEA/UFPA, **Revista Novos Cadernos NAEA**, v. 16, n. 2, dez. 2013, p. 247-260

MORIN, E. **O Método I: a natureza da natureza**. 2. ed. Tradução de M. G. de Bragança. Lisboa: Publicações Europa-América, 1977.

NICOLESCU, B. **O manifesto da transdisciplinaridade**. São Paulo: Trion, 1999.

SILVA, D. J. Uma abordagem cognitiva ao planejamento estratégico do desenvolvimento sustentável. 1998. **Tese** (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

———. O paradigma transdisciplinar: uma perspectiva metodológica para a pesquisa ambiental. In: Philippi Jr., Arlindo. **Interdisciplinariedade em Ciências Ambientais**. São Paulo: Signus Editora, 2000.

———. O complexo como uma episteme transdisciplinar. In: FRIAÇA, A.; ALONSO, L. K.; BARROS, V. M. **Educação e Transdisciplinaridade III**. 1. ed. São Paulo: Trion, 2005.

———. Desafios sociais da gestão integrada de bacias hidrográficas: uma introdução ao conceito de governança da água. In: CONGRÈS DE L'ACFAS, 74, Montreal. **Actes...** Montreal: Université McGill, 2006.

———. **As três éticas do conceito de desenvolvimento sustentável**. Florianópolis, 2008. Disponível em: < <http://www.gthidro.ufsc.br/arquivos/as-tres-eticas-do-ds.pdf>>. Acesso em: 9 jul. 2013.

———. O modelo educacional do processo de Bolonha na perspectiva da sustentabilidade. In: BALDIN, N.; ALBUQUERQUE, C. (Org.). **Novos desafios da educação: responsabilidade social, democracia e sustentabilidade**. Brasília, DF: Liver Livro, 2012. p. 276.

SOUSA, D. B.; SILVA, V. S.; BORGES, R. M.; GONSALVES, L. H. Do local ao global: governança participativa de bens comuns – a experiência do Comitê Facilitador da Sociedade Civil Catarinense para Rio+20. In: **A Conferência da Terra - Fórum Internacional do Meio Ambiente**. João Pessoa: Editora UFPB, 2012. v. 1, p. 1031-1043.

SUPERTI, E. Políticas pública e integração sul-americana das fronteiras internacionais da Amazônia brasileira. Belém, NAEA/UFPA, **Novos Cadernos NAEA**, dez. 2011, p. 303-320

UFSC-UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Relatório da Audiência Pública: apresentação dos resultados do processo do Comitê Facilitador da Sociedade Civil Catarinense para a Rio+20**. Florianópolis, 2012. Disponível em: <<http://riomais20sc.ufsc.br/>>. Acesso em: 16 jun. 2013.

Texto submetido à Revista em 30.04.2015

Aceito para publicação em 19.04.2016